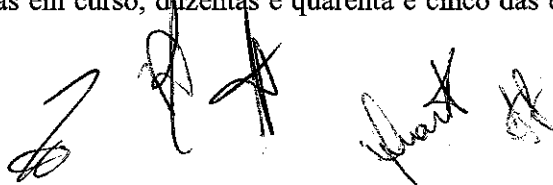


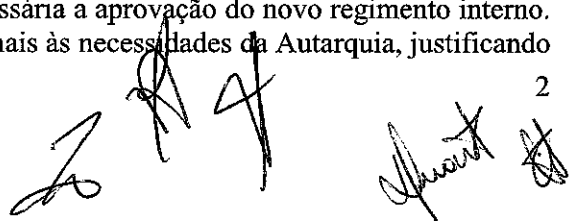
# DNIT

## ATA DA 101ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

Ao quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, com o início às quinze horas e dezesseis minutos, realizou-se a Centésima primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, na Sede do DNIT em Brasília/DF, sob a Presidência da Senhora Natália Marcassa de Souza – Secretária Executiva do Ministério dos Transportes/MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no Livro de Presença: Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes/MT; Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do DNIT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes/MT; e Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG. Compareceram como convidados a Senhora Ana Patrícia Gonçalves Lira – Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes/MT; os Senhores Luiz Antônio Ehret Garcia – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT; Benedito Orlando Nava Castro – Auditor-Chefe do DNIT; Flávio Bazzano Franco – Chefe de Gabinete da Diretoria Geral; e Leonardo Silva Rodrigues – Substituto do Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias/DIR/DNIT. Dando início à ordem do dia, a Presidente declarou aberta a sessão e o Conselho de Administração passou a examinar as matérias constantes na pauta. Com relação ao **Item 1. Leitura, votação e aprovação da Ata da 100ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que diz respeito ao **Item 2. Autorização para implantação de adutoras emergenciais em faixa de domínio sob jurisdição da Superintendência Regional no Estado do Ceará – Processo nº. 50600.015612/2015-09**, o Senhor Luiz Antônio apresentou o processo e argumentou que o motivo de o mesmo ser apreciado no Conselho relaciona-se à Instrução de Serviço/DG nº 07, de 19 de maio de 2008, cujo assunto foi apreciado por este colegiado à época. Em sequência, o Senhor Herbert Drummond argumentou que o tema supracitado não cabe a este Conselho, por ser de cunho técnico e emergencial, que já é regulamentado para sua execução direta. Os Conselheiros, então, entenderam que a matéria não é de competência do colegiado, logo sugeriram que as deliberações referentes a esse processo sejam condicionadas ao âmbito da Diretoria Colegiada. Além disso, foi solicitado que o processo seja remetido à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária para tomar as providências subsequentes, objetivando a resolução do evento. Em seguida, a Presidente passou ao **Item 3. Situação da execução financeira das emendas impositivas de bancadas**. A pedido do Diretor-Geral do DNIT, a apresentação do tema foi adiada para uma próxima reunião pela necessidade de se tratar de assuntos mais decisivos no momento. Os presentes concordaram. No que tange ao **Item 4. Apresentação acerca da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária – DIR/DNIT, relativa à Coordenação Geral de Construção Rodoviária – CGCONT/DIR/DNIT**, por solicitação do Senhor Valter Casimiro, esse item foi postergado para a próxima reunião pela necessidade de se tratar de assuntos mais urgentes no momento. Os Conselheiros concordaram. Relativamente ao **Item 5. Relatório gerencial sobre a situação das recomendações dos órgãos de controle, elaborado pela Auditoria Interna do DNIT**, o Auditor-Chefe do DNIT iniciou sua apresentação esclarecendo que existe na autarquia o contrato com a empresa ACCENTURE, a qual tem trabalhado para desenvolver uma metodologia para avaliação de riscos. A Senhora Natália Marcassa, em seguida, solicitou que seja levantado o prazo para tal ação. O Senhor Orlando continuou a explanação, ressaltando que existem duzentas e cinquenta e três demandas em curso, duzentas e quarenta e cinco das quais



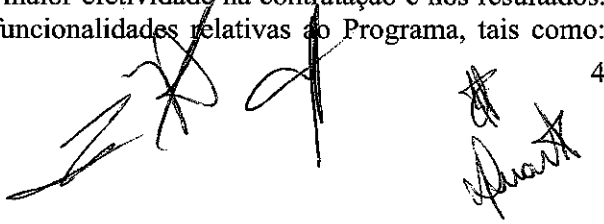
são decorrentes de fiscalização da Controladoria Geral da União – CGU, e o restante, da Auditoria Interna. Completou que existem, ainda, quarenta e nove demandas vencidas, conforme quadro demonstrado por área. Afirmou que houve, na Superintendência Regional no Estado do Pará, o maior número de ações de auditoria, as quais constataram uma grande quantidade de atrasos relativos à execução de obras, incluindo uma denúncia acerca de ocupação de faixa de domínio, e asseverou que são aguardadas respostas dessa Regional. Por oportuno, o Senhor Orlando esclareceu que a expressão “demandas vencidas” remete-se a demandas que não foram atendidas no prazo. A Presidente do Conselho disse que o número apresentado é grande e que precisa ser observado. O Senhor Diretor-Geral confirmou que algumas demandas não podem ser atendidas, pois dependem de situações externas. Já as ações que podem ser atendidas, o Senhor Valter disse que o DNIT irá se desdobrar para cumpri-las. O Auditor-Chefe, em sequência, explanou o caso da Superintendência Regional no estado da Bahia, em que houve uma falha na comunicação com a Auditoria Interna do DNIT, pois aquela Regional respondeu aos questionamentos diretamente à CGU. Por tal motivo, as demandas ficaram pendentes no sistema de controle interno do DNIT, embora tenham sido sanadas. O Senhor Orlando assegurou que hoje a Superintendência na Bahia só possui sete pendências, todas dentro do prazo, e disse que as demandas relativas à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária – DIR são muito extensas, por abranger uma grande estrutura. O Senhor Herbert Drummond ressaltou que o importante é identificar se a média pelo não atendimento está dentro da razoabilidade permitida, pois há muitas ações que não dependem da governança do DNIT. O Senhor Orlando disse que, na experiência que possui como Auditor, o DNIT procura atender às demandas de forma eficiente junto aos órgãos de controle, e que estão buscando um entendimento a respeito das demandas existentes, juntamente com a CGU, a fim de saná-las. O Senhor Zarak Ferreira questionou se existem muitas pendências com o Ministério Público, ao que o Senhor Valter Casimiro respondeu que sim, e que são relacionadas à paralisação de obras. Em sequência, o Auditor-Chefe informou que as demandas do Tribunal de Contas da União – TCU estão a cargo da Diretoria Executiva e que, atualmente, existem três auditorias em curso. Complementou com a informação de que será aberta uma Ordem de Serviço para acompanhar a questão do Plano Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade – PNCV, para atender às recomendações da CGU. A Presidente do Conselho mencionou que o relatório acerca do PNCV foi apresentado a este colegiado no ano passado e sugeriu que as recomendações feitas sejam observadas para atendê-las. O Senhor Orlando concordou e disse que tomará as providências cabíveis. Passando ao **Item 6 – Sumário Executivo – Relatório Final de Auditoria Especial nº. 03/2016/AUDINT/DNIT – Memorando nº. 240/2016/AUDINT/DNIT, de 8/4/2016**, o Senhor Orlando comentou que se trata de um pedido feito pela Comissão de Ética do DNIT, a qual, por sua vez, atendeu a uma solicitação de auditoria emanada pelo Diretor-Geral da Autarquia por meio da qual foram identificadas ilegalidades praticadas por servidores integrantes do Comitê Especial para Concessão de Gratificação de Qualificação do DNIT. Quanto à questão, o Auditor-Chefe resumiu que providências já estão sendo tomadas e valores devidos ao DNIT, sendo devolvidos. **Item 7. Apresentação acerca do novo regimento interno do DNIT.** Foi passada a palavra ao Diretor-Geral do DNIT, que convidou o Senhor Flávio Bazzano Franco – Chefe de Gabinete da Diretoria Geral, para fazer uma breve apresentação sobre alguns pontos importantes quanto ao novo regimento. O Senhor Flávio iniciou sua fala explicando que, com a revogação do Decreto nº. 5.765, de 27 de abril de 2006, que tratava da atual estrutura regimental da Autarquia, e a respectiva publicação do Decreto nº. 8.489, de 10 de julho de 2015, publicado no D.O.U. de 13 de julho de 2015, contendo a nova estrutura regimental, tornou-se necessária a aprovação do novo regimento interno. Disse que o atual normativo não atende mais às necessidades da Autarquia, justificando



2

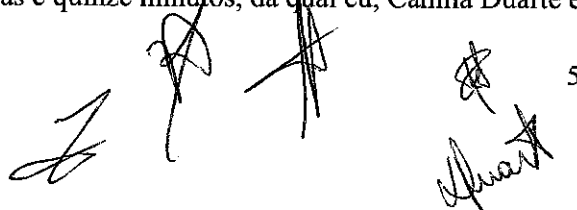
que as funções de supervisores das Unidades Locais eram restritas aos servidores da carreira antiga do DNIT. Nesse ponto, o Senhor Valter Casimiro interveio e explicou que os novos servidores não podiam assumir funções comissionadas nas Unidades Locais das Superintendências, pois tais funções eram destinadas apenas a servidores da carreira composta por servidores do quadro do Plano Especial de Cargos – PEC. Dando continuidade à explanação, o Senhor Flávio tratou das outras justificativas: o DNIT precisou devolver as Funções Comissionadas Técnicas ao Ministério do Planejamento – que até então eram emprestadas por tempo determinado e englobavam modais de maneira superficial (por exemplo, o hidroviário) – e o modelo do regimento era o mesmo aplicado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), voltado ao modal rodoviário. A seguir, expôs o modelo de descentralização proposto. Afirmou que as Superintendências Regionais e Coordenações Gerais de Administração Hidroviária poderão ratificar as declarações de emergência, elucidando aos presentes que esse tipo de pedido era encaminhado para ratificação da Diretoria Colegiada. Portanto essa descentralização conferiria maior autonomia às Regionais. Contudo, o recurso continuará seguindo o mesmo fluxo, ou seja, partindo da Sede do DNIT em Brasília-DF. Outra questão abordada no que concerne à descentralização diz respeito à área que trata dos assuntos relativos à gestão ambiental na Sede da Autarquia em Brasília, a qual, segundo o Senhor Flávio, ficava sobrecarregada, uma vez que as Superintendências não tinham essas atribuições definidas. Situação análoga foi percebida relativamente à área de engenharia nas Superintendências e Unidades Locais, que será fortalecida com o novo regimento. Quanto a esse aspecto, o Senhor Valter disse que foi apresentada e aprovada no Conselho a estrutura regimental do DNIT, a qual contém um organograma que divide as Superintendências em “tipo A” e “tipo B”, pretendendo justamente fortalecer as suas respectivas funções, visando refletir o que é feito na Sede em Brasília-DF. Em seguida, o Senhor Flávio versou sobre as principais alterações e melhorias feitas em cada diretoria, iniciando pela Diretoria Executiva – DIREX: a atribuição ao Diretor para orientar e supervisionar as atividades relativas ao planejamento e à gestão estratégica e de processos do DNIT; a responsabilidade pelas atividades inerentes ao gerenciamento de riscos corporativos do DNIT; a integração entre diretores e órgãos descentralizados; a criação do escritório de projetos – aspecto que trata de recomendação dos órgãos de controle; a reestruturação da Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura, que passa a contar com a Coordenação de Preços Novos, a de Análise de Riscos, a de Custos Referenciais e a de Orçamentos de Infraestrutura; as novas atribuições da Coordenação-Geral de Cadastro e Licitações, que será responsável, também, por subsidiar as áreas técnicas com os contratos prontos, após a fase licitatória. Para a Diretoria de Planejamento e Pesquisas – DPP, destacou que as mudanças serão: a criação da Coordenação de Projetos de Infraestrutura Aquaviária; a criação do Setor de Geotecnologias Aplicadas; a reorganização de responsabilidades e competências dentro da Coordenação-Geral de Meio Ambiente; e a criação da Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento – CGDR. Dentre as mudanças que atingem a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária – DIR, elucidou que a cada uma de suas Coordenações-Gerais foi agregada uma coordenação a mais, a saber: a Coordenação-Geral de Construção Rodoviária terá uma nova coordenação para acompanhamento mais efetivo das obras; a Coordenação-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária contará com a Coordenação de Manutenção de Estruturas e Contenções; e a Coordenação Geral de Operações Rodoviária contará com a Coordenação de Multas de Trânsito. O Senhor Flávio reafirmou que o fortalecimento das Superintendências Regionais, com a divisão em “tipo A” e “tipo B”, segundo a extensão da malha rodoviária e a complexidade administrativa, dotará as Regionais de coordenações de engenharia e de administração e finanças mais desenvolvidas, o que fortalecerá as atividades correlatas. Quanto à

Diretoria de Infraestrutura Aquaviária – DAQ, explicou que, dentre as mudanças que ocorreram, estão: a reincorporação das Coordenações-Gerais de Administração Hidroviária, com a intenção de definir as suas atribuições, para que não sejam confundidas com as atribuições das Superintendências terrestres; e a criação da Secretaria de Portos, pois, desde o ano de 2007, o DNIT não mais cuidava de portos marítimos, fluviais e lacustres, exceto os das Instalações Portuárias de Pequeno Porte – IP4. No tocante à Diretoria de Infraestrutura Ferroviária – DIF, disse que não ocorrerão alterações consideráveis. Por fim, no que diz respeito à Diretoria de Administração e Finanças – DAF, ressaltou que haverá a reorganização de responsabilidades, competências e atividades, e a criação da Coordenação de Capacitação. O Chefe de Gabinete da Diretoria Geral encerrou sua explanação dizendo que a elaboração do novo regimento foi baseada nas dificuldades reais do DNIT, e não mais com o DNER em mente, como foi feito anteriormente. Disse ainda que é provável que falhas sejam observadas e que isso pode ser sanado posteriormente. Finalmente, o Senhor Valter Casimiro reforçou o compromisso com a aprovação desse ato normativo, para que as Superintendências tenham suas atribuições estabelecidas o quanto antes. Solicitou aos demais Conselheiros que qualquer alteração proposta fosse feita com celeridade, devido à importância do assunto. O Senhor Luciano de Castro fez a proposição de que o regimento fosse aprovado, mas que ficasse em aberto para subsequentes alterações, uma vez que se comprometeu a analisá-lo melhor. Os demais Conselheiros concordaram com a proposição. Assim, a Presidente colocou a matéria em votação, obtendo a anuência de todos, com a ressalva de que futuras alterações poderão ser feitas. Os membros do Conselho agradeceram ao Senhor Flávio Bazzano e ao Senhor Valter Casimiro e passaram à apreciação do **Item 8. Assuntos Gerais**, momento no qual o Diretor-Geral do DNIT convidou o Substituto do Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias, Senhor Leonardo Silva Rodrigues, para apresentar o novo Programa Nacional de Controle de Velocidade – PNCV. O Senhor Leonardo iniciou a exposição com a informação acerca de julgamento do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que autorizou o DNIT a aplicar infrações de trânsito. Voltando ao assunto em pauta, disse que o PNCV foi subdividido em vinte e cinco lotes e planejado para vigorar em todos os estados brasileiros, com aproximadamente oito mil faixas monitoradas, vigência de cinco anos e investimento de aproximadamente dois bilhões, oitocentos milhões de reais. Asseverou que o objeto da licitação é a instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos de controle de tráfego nas rodovias federais, e que a modalidade pretendida da licitação é o pregão eletrônico. Acrescentou que a remuneração feita às empresas será por faixa monitorada ao mês – sabendo que não é permitido fazer qualquer vínculo do pagamento feito às empresas com aplicação das penalidades. Seguidamente, apontou os aparelhos a serem utilizados: o Controlador Eletrônico de Velocidade (CEV); o Redutor Eletrônico de Velocidade (REV); e o Controlador Eletrônico Misto (CEM); e expôs que o cronograma de implantação desse processo será de quinze meses a fim de permitir a continuidade do programa – já que o PNCV atual terá vigência até o fim do ano corrente, sem previsão de contratação. Disse que a duração do contrato será de sessenta meses e os resultados esperados são um maior controle de tráfego e efetiva educação no trânsito, culminando com a redução no número de acidentes e de mortes. Demonstrou que entre os anos de 2010 e 2014, após o PNCV entrar em vigor, houve uma redução de 4,8% no número de mortes nas rodovias, de 22,2% dos acidentes com atropelamento de pedestres e de 13,5% dos acidentes sem vítimas. Disse ainda que os gastos com acidentes alcançaram o valor aproximado de oitocentos milhões de reais. Dando continuidade à apresentação, o Senhor Leonardo afirmou que foram propostas melhorias para o novo PNCV, com o intuito de se alcançar maior efetividade na contratação e nos resultados. Ato contínuo, apresentou algumas funcionalidades relativas ao Programa, tais como:




4

leitura automática de placa – por meio da qual as informações serão transmitidas *online*, para que as decisões sejam tomadas rapidamente, tendo o Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras – SIOR (desenvolvido no DNIT) para processar e gerenciar as imagens; realização de contagem e classificação de todos os veículos; funcionamento de 50% dos equipamentos de todos os lotes, de forma *online*; e realocação dos equipamentos a critério do DNIT. A seguir, apontou os riscos que estão sendo transferidos à contratada, tais como: sistemas alternativos de energização – pelos quais a contratada será responsável quando houver a necessidade de energização por outras fontes; tipo de equipamento – intrusivo ou não intrusivo; e, por fim, a recuperação do pavimento na área do laço. Esclareceu também que, na remodelagem do PNCV, alguns indicadores de desempenho irão refletir diretamente na remuneração das empresas, além da faixa monitorada ao mês, e explicou que foram definidos alguns parâmetros mínimos de indicadores, por exemplo: funcionalidade de captura das placas; classificação dos veículos; e quantidade de infrações enviadas. Em relação ao processo de seleção de habilitação, disse que será exigido quantitativo mínimo para cada lote, sendo vedada a seleção de um mesmo responsável para mais de um lote, além do quantitativo mínimo de dois lotes por vencedor. Nesse momento, o Senhor Valter Casimiro acrescentou que a ideia é alcançar um número maior de empresas. O Senhor Leonardo explicou que hoje existem doze lotes e seis empresas, de um total de vinte e cinco lotes. Ponderou que são necessárias treze empresas para concorrerem. Em seguida, o Senhor Zarak questionou se há algum critério para avaliar a faixa monitorada, e por quantos quilômetros se estendem, ao que o Diretor de Infraestrutura Rodoviária respondeu que a estimativa é feita por faixa física e não por quilômetro, e que existem sete mil faixas monitoradas de forma pontual no Brasil. O Senhor Leonardo, retomando a palavra, disse que o objetivo principal do Programa não é arrecadar, mas reduzir acidentes nas rodovias. No entanto, fez uma breve explanação a respeito do que foi arrecadado, algo em torno de trezentos e oitenta e quatro milhões de reais, e estimou para o ano de 2017 um montante próximo a setecentos e trinta milhões de reais com o advento do novo PNCV, devido às melhorias a serem implementadas, às novas contratações e metodologias, à gestão documental e ao processo efetivo de cobrança. Enfatizou que a ideia é que se tenha 100% do programa implementado e apto a operar até o quinto mês do ano subsequente, e que o processo e o termo de referência já estão na Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT para análise. Informou também que o edital estará pronto para publicação até a próxima semana. O Senhor Zarak questionou como o PNCV se relaciona com o Programa BR Legal, ao que o Senhor Leonardo respondeu que os dois se complementam, pois ambos buscam a segurança viária para os usuários por meio de sinalizações e dispositivos de segurança, mas os objetos são diferentes. Afirmou ainda que, enquanto o BR Legal cuida da sinalização, infraestrutura e manutenção, o PNCV tem atuação mais específica. Destacou que não estão contratando a aquisição de equipamentos, mas serviços de captura de imagens, e que a empresa terá uma meta de performance a atingir, acrescentando que a reincidência de indicadores com baixo desempenho em três meses consecutivos a obrigará a alterar o equipamento, caso contrário haverá aplicação de penalidades. O Senhor Zarak indagou a respeito do tempo para que SIOR se desenvolva, ao passo que o Senhor Leonardo respondeu que o sistema já está pronto e em fase de homologação, mas que é preciso ter cautela com a migração da base de dados existente para o novo sistema, evitando-se assim a descontinuidade no serviço e as perdas das informações. Contudo, assegurou que o sistema estará em completa operação até a contratação. Os presentes agradeceram as informações prestadas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às dezessete horas e quinze minutos, da qual eu, Camila Duarte e




5

Silva Leão, Secretária Colaboradora do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pela Senhora Presidente e pelos demais Conselheiros.-----



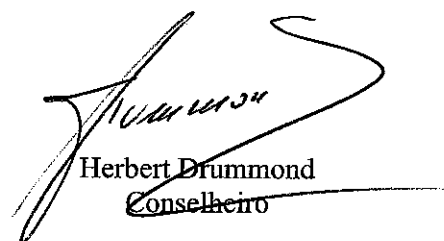
Natália Marcassa de Souza  
Presidente



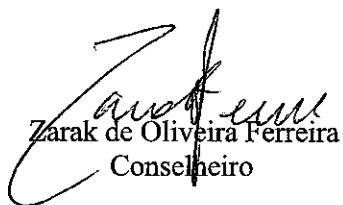
Luciano de Souza Castro  
Conselheiro




Valter Casimiro Silveira  
Conselheiro



Herbert Drummond  
Conselheiro



Zarak de Oliveira Ferreira  
Conselheiro



Camila Duarte e Silva Leão  
Secretária Colaboradora do CONSAD